

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR: N.º 4041/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 57-000.155/2020
PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 005/2020

A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A – CNPJ nº 76.493.899/0001-93 comunica aos interessados, que realizará **PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, cujo Edital de embasamento assim se resume:

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de auditoria independente nas Demonstrações Contábeis da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., em atendimento às Leis Federais n.º 6.404/76 e 11.638/07, relativamente ao exercício de 2020, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do respectivo Edital, bem como as características mínimas contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

PROPOSTAS: Serão recebidas, exclusivamente, através da Internet no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), no dia **03 de DEZEMBRO de 2020 das 14h às 15h**. Não serão aceitas propostas encaminhadas fora do horário determinado nem através de outro meio que não seja o Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

LANCES: Os lances serão recebidos, exclusivamente, através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, no dia **03 de DEZEMBRO de 2020 das 15h05min às 15h30min**.

EDITAL: Os interessados poderão efetuar o download do Edital de Embasamento no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

Curitiba, 19 de Novembro de 2020.

DAVIDSON JOSÉ MOULEPES
Matrícula n.º 81.599 – CURITIBA S.A
PREGOEIRO

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A, CNPJ nº 76.493.899/0001-93, torna público, que através do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 001/2020 – CURITIBA S/A, através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), estará procedendo processo licitatório na modalidade **PREGÃO**, utilizando-se de recursos da tecnologia de informações, ou seja, o **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **menor preço**, para aquisição do objeto especificado no item 3.1, conforme autorização para licitar nº. **4.041/2020**, em face ao contido no **Processo Administrativo n.º 57-000.155/2020** e conforme a Lei nº. 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações, Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações, bem como pela Lei Complementar Municipal nº. 89/2014 alterada pela Lei Complementar nº. 98/2016, bem como pelos Decretos Municipais nºs: 1.217/2003, 1.235/2003, 379/2008, 1.603/2009, 615/2011, 1.135/2012, 1.517/2013, 1.668/2013, 413/2015, 290/16, 962/16, 1.915/2017, 104/2019, 610/2019, Instrução Normativa nº. 037/2009 - TCE PR, REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S.A. e legislação correlata, de acordo com cláusulas abaixo descritas.

1.2. Em cumprimento ao contido no artigo 20 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., foi dado sigilo ao valor estimado da contratação.

1.3. As despesas decorrentes da aquisição do objeto especificado no item 3.1., decorrem de recursos financeiros próprios da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A.

1.4. Em atenção aos incisos I e II do Art. 16 da lei Complementar nº 101/00, a despesa em questão está em harmonia ao disposto no PPA, na LDO e LOA vigente deste Órgão. Ainda, em atenção ao Art. 42 da LRF, foi observada a existência de caixa para pagamento e há disponibilidade financeira que evidencia a suficiência de recursos, para garantia de compromissos contratados pela presente licitação.

1.5. Em atendimento ao Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., foram designados como Gestor e Suplente da contratação originada deste presente Pregão Eletrônico, os seguintes colaboradores:

- **GESTOR : Davidson José Moulepes – Matrícula 81.599**
- **SUPLENTE: Maria do Rocio Cento Fante – Matricula 81.697**

2 - INDICAÇÃO DO PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO

2.1. O Pregoeiro responsável pelo presente Pregão Eletrônico será **DAVIDSON JOSÉ MOULEPES** designado através da Portaria nº 001/2020 – CURITIBA S/A.

2.2. A Equipe de Apoio designado através da Portaria nº 001/2020 – CURITIBA S/A, para este Pregão Eletrônico será formada por:

- **LILIAN CARDOSO - Matrícula n.º 81.613**
- **MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS - Matrícula n.º 80.964**

2.3. Na ausência do Pregoeiro responsável, o presente pregão poderá ser conduzido e julgado por um dos Pregoeiros que fazem parte da equipe de apoio ou ainda, na impossibilidade, por outro indicado pela autoridade competente.

2.4. O julgamento da licitação dar-se-á pelo Pregoeiro com base nas condições previstas em edital, entretanto quando houver necessidade de análise técnica, a área solicitante ficará responsável por esta análise.

2.5. Ao Pregoeiro não será atribuída responsabilidade pela definição do objeto, demais condições para a licitação, bem como da análise técnica, sendo o julgamento vinculado à manifestação da área solicitante.

3 - OBJETO

3.1. Para fins deste Pregão Eletrônico, o objeto se constitui na **contratação de empresa para prestação de serviços de auditoria independente nas Demonstrações Contábeis da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., em atendimento às Leis Federais n.º 6.404/76 e 11.638/07, relativamente ao exercício de 2020, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do respectivo Edital, bem como as características mínimas contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).**

3.2. O formulário-proposta eletrônico está disponível no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba na forma de Lista de Itens do Processo, onde estão descritas as seguintes informações para cada item: número do item, especificações, quantidade, unidade de compra, valor de referência, prazo de entrega, local de entrega, grupo e subgrupo e histórico de preço.

3.3. Conforme o artigo 31 da Lei Federal no 8.078/90 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

3.4. Os itens cotados deverão estar de acordo e em conformidade com as condições, exigências e especificações descritas neste Edital, e no formulário-proposta eletrônico bem como, os Boletins de Esclarecimentos e Comunicados publicados, os quais fazem parte integrante e inseparável deste processo, como se nele estivessem integralmente reproduzidos.

3.4.1. A(s) proposta(s) apresentada(s) pela(s) licitante(s) deverá(ão) atender integralmente as especificações descrita(s) para o(s) item(ns), além das condições e exigências definidas no edital e seu(s) anexo(s).

4 – ESCLARECIMENTOS, COMUNICADOS E IMPUGNAÇÃO

4.1. **Boletins de esclarecimentos** – Para suprir todas as dúvidas e disponibilizar informações solicitadas pelas empresas interessadas, o Pregoeiro emitirá um boletim de esclarecimento, que será divulgado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

4.2. **Comunicados** – Qualquer comunicado referente a este certame será emitido pelo Pregoeiro e divulgado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

4.3. **Ofícios** - Havendo inabilitação, o Pregoeiro convocará, por meio de ofício publicado no site www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, a próxima empresa classificada provisoriamente.

4.3.1. Automaticamente o sistema enviará para o endereço registrado no cadastro de fornecedores um e-mail, informando a existência deste ofício e anexo a este documento (chamamento) para primeiramente a aceitação ou não do item, como também a possibilidade de redução do valor registrado na fase de lances para preenchimento e devolução via e-mail ao Pregoeiro.

4.3.1.1 Este chamamento deverá ser preenchido e devolvido via e-mail ao Pregoeiro.

4.3.1.2 Caso o chamamento seja recebido no período da manhã, deverá obrigatoriamente ser respondido via e-mail para o Pregoeiro até às 12h do mesmo dia e, se recebido no período da tarde, a resposta deverá obrigatoriamente ser devolvida ao e-mail do Pregoeiro

até às 18h do mesmo dia, atendendo ao previsto no § 5º do art. 30 do Decreto Municipal nº 1235/2003.

4.3.2. Os participantes que não atenderem ao item 4.3.1 e subitens estarão automaticamente DESCLASSIFICADOS.

4.4. É de responsabilidade única e exclusiva das empresas interessadas o acompanhamento da divulgação dos boletins de esclarecimentos e comunicados emitidos pelo Pregoeiro no Portal de Compras da Prefeitura Municipal da Curitiba. Não serão aceitas reclamações baseadas no desconhecimento do teor desses documentos.

4.5. As dúvidas, pedidos de informações ou de esclarecimentos sobre o Edital deverão ser dirimidos **somente** pelo Pregoeiro e equipe de apoio designados para atuar neste processo, mediante solicitação **por escrito**, encaminhadas até **02 (dois) dias úteis anterior** à data fixada para o recebimento das propostas pelo sistema e-Compras Curitiba.

a) As solicitações previstas no item 4.4 deverão ser encaminhadas aos seguintes endereços eletrônicos:

- ❖ **dmoulepes@curitiba.pr.gov.br**
- ❖ **marcussantos@curitiba.pr.gov.br**
- ❖ **licardoso@curitiba.pr.gov.br**

b) As solicitações feitas fora do prazo previsto no item 4.5. não serão respondidas.

c) O presente edital e as demais informações correlatas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br>.

4.5. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por funcionários da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A, não serão considerados nem aceitos como argumentos para reclamações, impugnações ou reivindicações por parte das proponentes.

4.6. Quando da solicitação de esclarecimentos em relação ao presente edital, deverão ser observadas as disposições do Artigo 40 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A..

4.7. Conforme disposto no Decreto Municipal n.º 413/2015, fica instituído acesso eletrônico para a impugnação, nos procedimentos de contratação eletrônicas, no site : <http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br>.

4.7.1. Eventuais impugnações sobre os termos do presente Edital deverão ser formuladas dentro do prazo estabelecido no artigo 39 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. Após o prazo estabelecido, não serão mais consideradas.

4.7.2 As pessoas físicas e jurídicas cadastradas ou não no sistema de contratações eletrônicas, que estejam participando ou não de processo eletrônico, assim como o cidadão não licitante, poderão impugnar o presente Edital também através de manifestação protocolada junto a CURITIBA S.A. ou encaminhada por meio do e-mail: dmoulepes@curitibasa.com.br em nome do Pregoeiro designado para o presente processo licitatório.

4.7.3 Todas as impugnações recebidas através dos meios indicados no item 4.7.2 do Edital, serão devidamente analisadas pelo Pregoeiro.

5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Somente poderão participar da presente licitação MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações posteriores, sendo estas, empresas regularmente estabelecidas no país, cuja finalidade e ramo de atuação principal estejam ligados ao objeto do presente Pregão Eletrônico, que satisfaçam integralmente as condições deste edital e que estejam cadastradas no site e-Compras Curitiba www.e-compras.curitiba.pr.gov.br.

5.2. Não poderão participar da licitação, empresas que tenham sido condenadas, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crime ambiental, conforme o disposto no art. 10 da Lei Federal nº 9.605/1998.

5.3 Para participação neste Pregão Eletrônico, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os micro empreendedores individuais deverão estar cadastrados nesta qualidade, no Sistema Único de Registro Cadastral do Município de Curitiba, por meio de cadastro eletrônico no Portal de Compras do Município de Curitiba, nas condições do Decreto Municipal nº 615/2011 e do Decreto Municipal nº 104/2019, com toda documentação exigida dentro de seu prazo de validade, sob pena de inabilitação.

5.3.1. Não poderão participar desta licitação microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas, aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que se utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, “exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum”.

5.3.2. Não poderão participar desta licitação empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

5.3.3. Não poderão usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, as empresas alcançadas por quaisquer das hipóteses elencadas do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.

5.3.4. A participação em licitação, por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) e microempreendedor individual (MEI) configura fraude no certame, sujeitando-o à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

5.3.5. A ausência de cadastramento da licitante na condição de ME/EPP/MEI, impedirá que o sistema de compras eletrônicas identifique e aplique o benefício previsto na Lei Complementar nº 89/2014 e nos Decretos Municipais nºs 615/2011 e 962/2016.

5.3.6. As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais interessados deverão efetuar o cadastramento eletrônico observando as condições e exigências estabelecidas no Decreto Municipal nº 104/2019.

5.3.6.1. O cadastramento na condição de ME/EPP/MEI deverá estar devidamente auditado e aprovado para participação neste Pregão Eletrônico pela Comissão de Cadastro de Fornecedores da Secretaria Municipal de Administração e de Gestão de Pessoal - SMAP.

5.3.7. Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o interessado deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital de embasamento e no art. 32 do Decreto Municipal nº 1235/2003.

5.4. A participação neste Pregão Eletrônico importa à proponente, na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente edital, bem como na observância da legislação em vigor, dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

5.5. Em atendimento a exigência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE, conforme art. 48, da Instrução Normativa nº 45/2010 - DCM, as empresas licitantes devem complementar os seus dados cadastrais na Prefeitura Municipal de Curitiba com as seguintes informações referentes ao Quadro Societário: nome do sócio, participação do sócio na empresa (representante legal ou membro), registro na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos, data do registro e número de registro. Estas informações devem ser obrigatoriamente extraídas da última alteração do Contrato Social,

devidamente registrada na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme a atividade da Empresa.

5.6. Não poderão participar da presente licitação empresa que tenha dirigente, gerente, sócio, responsável técnico ou legal ou componentes do seu quadro funcional que seja servidor público, funcionário, empregado ou ocupante de cargo comissionado na Administração Pública Direta ou Indireta do Município de Curitiba, ou empresários nessas condições, tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8666/1993.

5.7. Nenhum servidor ou seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, poderá ser diretor, proprietário, controlador ou integrar conselho de empresa fornecedora ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Município, sob pena de demissão nos termos do art. 98 da Lei Orgânica do Município.

5.8. Nesta licitação não será aceita a participação de empresas em consórcio.

5.9. No momento do envio da proposta através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), os interessados deverão dar o “aceite” às condições estabelecidas no regulamento do presente Pregão Eletrônico.

5.10. Ao dar o “aceite” o interessado declara:

a) A inexistência de superveniência de fato impeditivo da habilitação, nos termos do art. 32, § 2º, da Lei nº 8666/1993;

b) Que não se enquadra em nenhuma das situações previstas no art. 9º, da Lei nº 8666/1993;

c) Que não possui em seu quadro funcional menor de dezoito anos executando trabalho no período noturno, perigoso ou insalubre, e nem menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e atendimento ao inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8666/1993;

d) Que conhece e aceita o regulamento do Sistema e-Compras Curitiba;

e) Que está enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual conforme Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, e cumpre os requisitos legais para esta qualificação, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Artigos 42 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores;

f) Que não está inscrito no cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública, de que trata a Instrução Normativa nº 37, de 19 de dezembro de 2009, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

g) Que, antes da abertura deste Pregão Eletrônico, leu e analisou todas as condições exigidas no presente Edital, estando em conformidade com suas exigências e concordando integralmente com o que está estabelecido neste Edital de Embasamento;

h) Que atende os requisitos de habilitação conforme artigos 27 a 31 da Lei nº 8666/1993.

5.11. Para participar de licitações na modalidade Pregão na forma eletrônica, promovidas pelo Município de Curitiba, os interessados deverão estar cadastrados no sistema eletrônico de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba e com toda a documentação, dentro do seu prazo de validade, para a fase de habilitação.

5.11.1. O interessado deverá efetuar o cadastramento eletrônico completo no Portal de Compras do Município de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) seguindo as condições estabelecidas no Decreto Municipal nº 104/2019.

5.11.2. O interessado deverá observar a documentação exigida no Decreto Municipal nº. 104/2019 para o cadastramento eletrônico completo e necessária para obtenção do Certificado de Registro Cadastral (CRC) - Cadastro Completo.

5.11.3. Os documentos apresentados no cadastramento eletrônico completo deverão estar dentro dos seus prazos de validade.

5.11.4. O interessado em fazer ou atualizar o cadastro eletrônico deve verificar atentamente às condições descritas no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba e os documentos necessários para cadastro completo – CRC (Certificado de Registro Cadastral): <https://e-compras.curitiba.pr.gov.br/publico/consulta/frmRelacaoDocumentosCRH.aspx>

5.11.5. Os dados fornecidos pelo interessado no cadastro eletrônico são de responsabilidade única e exclusivamente do licitante cadastrado no sistema.

5.11.6. A documentação apresentada pelo interessado no cadastro eletrônico será auditada pela Comissão de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba, com a finalidade de verificar o atendimento ao disposto no Decreto Municipal nº 104/2019, bem como assegurar a fidelidade da documentação apresentada.

5.11.7. No momento da auditoria, a Comissão de Cadastro fará as análises exclusivamente com base nas informações inseridas pelo interessado no sistema eletrônico, no prazo de até três dias úteis, conforme art. 24 do Decreto Municipal nº 104/2019, durante o horário de expediente da Secretaria Municipal de Administração e de Gestão de Pessoal - SMAP,

contado do registro da solicitação, podendo, excepcionalmente, o prazo indicado ser estendido a critério da Comissão de Cadastro, para a realização de eventuais diligências.

5.12. O licitante participante deverá obrigatoriamente possuir Certificado de Registro Cadastral (CRC) válido, auditado e aprovado pelo Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba.

5.12.1. A Comissão de Cadastro disponibilizará eletronicamente o Certificado de Registro Cadastral, válido por no máximo, 12 (doze) meses, ressaltado o prazo de validade da documentação apresentada para fins de atualização cadastral.

5.12.2. A concessão do Certificado de Registro Cadastral não exime a responsabilidade do interessado em atender às condições previstas neste edital.

5.13. Todos os interessados, inclusive aqueles que possuem o Certificado de Registro de Habilitação emitido pela Secretaria Municipal de Planejamento e Administração - SEPLAD deverão efetuar o cadastro eletrônico a fim de obter a chave de identificação e a senha para poder participar do Pregão Eletrônico da Prefeitura Municipal de Curitiba.

5.14. As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, para a participação nos processos de Pregão Eletrônico deverão estar obrigatoriamente cadastradas e validadas pela Comissão de Cadastro como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou microempreendedor individual (MEI) no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba.

5.15. A solicitação de retificação, alteração ou atualização de dados feitos pelo interessado será analisada e validada pela Comissão de Cadastro, obedecida o prazo mínimo previsto no art. 24 do Decreto Municipal nº 104/2019, mediante apresentação de documentos comprobatórios, os quais deverão ser anexados no sistema informatizado de cadastro.

5.15.1. Todos os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser mantidos atualizados pelo licitante participante no sistema de cadastro eletrônico e devidamente auditados e aprovados pela Comissão de Cadastro.

5.15.2. A atualização da documentação deverá ser feita pelas licitantes no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data da realização do Pregão Eletrônico.

5.16. Para a apresentação da(s) proposta(s) e do(s) lance(s), o interessado deverá estar cadastrado previamente no grupo e subgrupo do item.

5.16.1. Caso o interessado não esteja cadastrado para o grupo e subgrupo de determinado item, não poderá apresentar proposta e lances para o referido item.

5.17. A Comissão de Cadastro poderá, a qualquer tempo, solicitar ao interessado a complementação de documentos, sua atualização ou informações que julgar necessárias, bem como efetuar diligências destinada a esclarecer ou complementar as informações repassadas pelos interessados.

5.18. O licitante participante além de atender as condições estabelecidas no Decreto Municipal nº 104/2019 para fins de cadastramento eletrônico deverá cumprir as exigências necessárias para habilitação definidas neste edital.

5.19. O Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba está localizado na Rua Solimões, nº. 160, esquina com a Rua Quari, nº 319, bairro São Francisco, Secretaria Municipal de Administração e de Gestão de Pessoal - SMAP, CEP 82.590-300, Curitiba – PR, horário de expediente: de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h, telefones (41) 3350-9123, 3350-9116, 3350-9115, 3350-9955, 3350-9020, 3350-9065, 3350-9033, 3350-9006, 3350-9023, E-mail: scadastro@seplad.curitiba.pr.gov.br.

5.20. A licitante é responsável por solicitar seu desqualramento da condição de ME/EPP/MEI quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto Municipal nº 962/2016.

5.21. A informação falsa por parte dos interessados acarretará na aplicação das penalidades previstas na Lei nº 10520/2002 e Decreto Municipal nº 1235/2003, sem prejuízo da proposição de ação judicial competente.

6 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. As propostas apresentadas pelas licitantes serão recebidas, exclusivamente, através da internet no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), no dia **03 de DEZEMBRO de 2020 das 14h00 às 15h00**. Não serão aceitas propostas encaminhadas fora do horário determinado, nem em outro meio que não através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

6.2. Para acessar o formulário para o envio da proposta, os interessados deverão entrar no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) e digitar o seu login e a sua senha de acesso ao Sistema e-Compras Curitiba.

6.2.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação do login e da senha privativa do interessado e subsequente encaminhamento de propostas de preços em data e horário previstos no Edital de Embasamento, exclusivamente por meio do sistema

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A
Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar – Centro – Curitiba – Pr
80.010-180 - Fone 41 3221-8800 / 3221-8820
www.curitibasa.com.br

eletrônico, sendo consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios estranhos a este.

6.2.2. O indicado pelo interessado para acessar o sistema deverá possuir poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

6.3. Após o preenchimento da MARCA e do PREÇO (R\$), as empresas interessadas deverão enviar as suas propostas, através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.ecompras.curitiba.pr.gov.br), que permanecerá criptografada e inviolada até o momento da abertura da sessão para o envio dos lances.

6.3.1. As interessadas deverão informar a MARCA do(s) item(ns) cotado(s).

6.3.2. O sistema não aceitará proposta sem o preenchimento do campo correspondente à MARCA.

6.3.3. A indicação da marca cotada para o item é obrigatória.

6.3.3.1. No caso de próprio fabricante/produtor, este poderá indicar no campo da MARCA a informação: “PRÓPRIO FABRICANTE”, “MARCA PRÓPRIA”, “PRODUTOR” ou outra informação similar correspondente, sem prejuízo da legitimidade de sua proposta.

6.3.4. As interessadas não poderão indicar mais de uma marca para o mesmo item.

6.3.5. É vedada a troca da MARCA indicada após o encerramento do prazo para o recebimento da proposta eletrônica.

6.4. Para a formação do preço, a licitante deverá observar as condições e exigências descritas neste edital, no(s) seu(s) anexo(s), bem como na especificação do(s) item(ns).

6.4.1. No preço unitário da proposta deverão estar incluídos todos os custos, despesas, tributos, embalagens, transporte (carga e descarga até o local de destino e seguro de transporte, se houver), bem como todas e quaisquer taxas e insumos que incidirem sobre o objeto.

6.5. Não será aceita carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão da parte do fornecedor ou de funcionário.

6.6. Após o envio da proposta através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), a empresa será a única responsável pelas informações encaminhadas.

6.7. Somente proposta enviada conforme item 6.1. será aceita. Qualquer proposta enviada por meio diferente do especificado neste item, não será aceita.

6.7.1. A participação do fornecedor na sessão será bloqueada automaticamente pelo sistema quando não houver envio de proposta válida.

6.8. As empresas interessadas não poderão apresentar proposta para o(s) item(ns) com preço superior ao valor máximo indicado, sob pena de recusa pelo sistema e desclassificação da proposta.

6.9. A licitante que apresentar a proposta válida para o(s) item(ns) do presente Pregão Eletrônico poderá participar da sessão de lances, conforme § 4º do art. 27 do Decreto Municipal nº 1235/2003, § 6º do art. 5º e art. 6º e incisos do Decreto Municipal nº 962/2016.

6.10. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias a contar da data do envio da mesma para o Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.ecompras.curitiba.pr.gov.br). Decorrido esse prazo sem que haja convocação para a contratação ficam as proponentes liberadas dos compromissos assumidos.

6.10.1. Em casos excepcionais, o licitador poderá solicitar as proponentes uma prorrogação específica no prazo de validade. A solicitação e as respostas deverão ser formuladas por escrito. No caso da proponente recusar-se a estender o prazo de validade de sua proposta, a mesma será rejeitada. Caso a proponente concorde com a dilação do prazo solicitado, não será permitido modificar a respectiva proposta, nem ser motivo para argüir futuramente qualquer alteração de preços.

6.11. Os avisos de pregão, o edital de embasamento do pregão, o formulário proposta, comunicados, boletins de esclarecimento, bem como todas as demais informações serão disponibilizados no Portal de compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, que deverá ser acessado no endereço eletrônico:

6.12. É dever dos interessados a verificação de todas as informações disponibilizadas através do Portal de Compras. Serão considerados citados todos os interessados, a partir da disponibilização da informação no Portal de Compras, ficando os mesmos responsáveis pelo ônus decorrente da perda de informações ou de negócio, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, bem como de sua desconexão.

6.13. Se no dia previsto para o recebimento das propostas ou recebimento dos lances, não houver expediente na Companhia de Desenvolvimento de Curitiba ou ocorrer eventual problema técnico que impossibilite a abertura, o processo será suspenso e o Pregoeiro emitirá comunicado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.ecompras.curitiba.pr.gov.br), informando a nova data para o recebimento das propostas e/ou

recebimento dos lances. As empresas cadastradas no Sistema e-Compras Curitiba nos grupos e subgrupos do objeto desta Licitação receberão o comunicado via e-mail.

6.14. Caso as licitantes apenas enviem propostas, mas não participem da fase de lances e os valores se apresentem empatados com as de outras empresas, o sistema as ordenará na seqüência cronológica dos “aceites”. Se houver empate, o critério de desempate será o horário do aceite das propostas. Caso persista o empate será aplicado o previsto no artigo 45, § 2º da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações, ou seja, o sorteio.

6.15. O envio de uma proposta para este Pregão Eletrônico será considerado como evidência de que a proponente:

- a) examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e quaisquer outros publicados, que os comparou entre si e obteve do Pregoeiro informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la;
- b) sendo vencedora da Licitação, assumirá integral responsabilidade pela entrega/execução do objeto licitado;
- c) considerou que os elementos desta Licitação lhe permitem a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória;
- d) incluiu nos preços apresentados todas as despesas e encargos necessários para a execução do objeto licitado.

6.16. Conforme o art. 31, da Lei nº 8078/90, Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

6.17. Os produtos/serviços cotados deverão estar de acordo e em conformidade com as condições, exigências e especificações descritas neste edital, seu(s) anexo(s) e no formulário-proposta eletrônico, bem como, os Boletins de Esclarecimentos e Comunicados publicados, os quais fazem parte integrante e inseparável deste processo, como se nele estivessem integralmente reproduzidos.

6.18. A(s) proposta(s) apresentada(s) pela(s) licitante(s) deverá(ão) atender integralmente as especificações descrita(s) para o(s) item(ns), além das condições e exigências definidas no edital e seu(s) anexo(s).

7 – APRESENTAÇÃO DOS LANCES

7.1. Os lances serão recebidos, exclusivamente, através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), no dia **03 de DEZEMBRO de 2020 das 15h05min às 15h30min**.

7.2. Para o envio dos lances, os interessados deverão entrar no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) e digitar o seu login e a sua senha de acesso ao Sistema e-Compras Curitiba.

7.3. No dia e hora marcados para o início do recebimento dos lances, os mesmos serão ofertados sobre o menor preço dentre as propostas apresentadas. O Sistema e-Compras Curitiba fará a avaliação dos preços das propostas apresentadas e informará na tela para envio dos lances, os menores preços propostos, sem identificar os seus detentores.

7.4. As dúvidas que eventualmente surgirem durante as sessões públicas via internet poderão ser resolvidas pelo Pregoeiro, devidamente designado para o presente processo licitatório, através do chat de conversação.

7.4.1. É expressamente vedada a identificação do proponente que eventualmente se pronunciou no chat de conversação.

7.5. A partir do menor preço ofertado, os interessados poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para o envio dos mesmos, sendo as empresas participantes responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome durante a sessão, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances.

7.6. Os lances deverão ser inferiores ao último apresentado, porém poderão ser aceitos lances de mesmo valor, desde que previsto em edital de embasamento e no caso de persistir o empate de lances após o término do processo, será considerado para julgamento o lance que for recebido em primeiro lugar ou através do previsto no artigo 45, § 2º da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações, ou seja, o sorteio.

7.7. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes.

7.7.1. Os participantes serão identificados no sistema por "fornecedor 1", "fornecedor 2" e assim por diante. Somente após o encerramento da fase de lances, a identificação da razão social dos participantes será conhecida.

7.7.2. É vedada a identificação do detentor do lance, antes do encerramento da sessão de lances.

7.8. Neste Pregão Eletrônico serão aceitos lances intermediários.

7.8.1. O licitante poderá oferecer lances com valores inferiores ao último lance por ele ofertado, ou seja, o sistema registrará (no histórico de lances) os lances encaminhados pelos licitantes, cujos valores sejam inferiores ao último por estes ofertados. Caso o fornecedor não tenha interesse ou não possa baixar o seu lance relativamente ao primeiro colocado, este poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao último lance por ele mesmo ofertado (inferior ao seu próprio lance).

7.9. A qualquer momento o Pregoeiro poderá cancelar um ou mais lances que não atenderem às exigências deste edital e do art. 44 da Lei Federal nº 8666/1993, bem como os lances com preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis. O cancelamento de lances deverá ser devidamente fundamentado.

7.10. Quando o fornecedor enviar uma mensagem através do chat do Pregão Eletrônico, durante a fase de lances, informando da necessidade de cancelamento de um lance registrado, este deverá motivar o pedido, para que o Pregoeiro possa analisar a autenticidade da informação, e proceder ou não o pedido da proponente, referente ao lance enviado.

7.11. A qualquer momento o Pregoeiro poderá bloquear a participação de um fornecedor que não esteja atendendo ao regulamento do Pregão Eletrônico, tumultuando o processo, tentando identificar-se, ou ainda, que se identifique durante a sessão de lances.

7.12. A critério do Pregoeiro poderá ser determinado um tempo aleatório de até 30 (trinta) minutos para o término do envio dos lances, conforme previsto no art. 27, § 9º do Decreto Municipal nº 1235/2003.

7.13. Caso este critério seja utilizado, os participantes serão informados através de mensagem, antes do término do prazo inicial fixado.

7.14. Este tempo é calculado aleatoriamente pelo sistema e pode ser de 1 (um) segundo até 30 (trinta) minutos para o término do envio de lances, após o tempo regulamentar, onde ninguém saberá o tempo que o processo será encerrado.

7.15. Antes do término do prazo inicial para o envio dos lances, o Pregoeiro informará através do chat de mensagens, a data para a divulgação oficial do resultado de julgamento.

7.16. Um ou mais itens poderão ser cancelados ou anulados, mediante justificativa on line ou posteriormente, devidamente motivado.

7.17. Encerrada a etapa competitiva do envio dos lances, será emitida, através do sistema, imediatamente, a “Lista de Classificados (a serem julgados)”, onde constarão os nomes dos licitantes com os menores lances apresentados, e será divulgado o “Histórico de Lances”.

8 – JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O presente Pregão Eletrônico é do tipo “menor preço”.

8.1.1. O julgamento será feito pelo menor preço por item.

8.2. Após o término da sessão para envio dos lances será informada a lista de empresas classificadas com os seus respectivos menores lances. A partir desta lista de classificados, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio farão o julgamento de acordo com as especificações contidas no Edital e Anexos, e posteriormente será emitida e publicada a lista de vencedores do processo licitatório no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

8.3. Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o pregoeiro negociar, visando obtenção de uma proposta mais vantajosa.

8.4. A data para a divulgação do resultado de julgamento será informada pelo Pregoeiro durante a sessão de lances, no “chat” de conversação, ou por meio de Comunicado disponibilizado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), sendo responsabilidade única e exclusiva das empresas interessadas o acompanhamento das datas.

8.5. O Edital de Resultado de Julgamento e a Ata de Julgamento estarão disponíveis para se efetuar o download no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) a partir da data designada pelo Pregoeiro

9 – JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

9.1. Somente será(ão) julgada(s) a(s) habilitação(ões) da(s) empresa(s) que for(em) classificada(s) com o(s) menor(es) lance(s).

9.2. Para a habilitação, serão exigidos os documentos relativos à habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal e trabalhista, os quais deverão estar em conformidade com o regulamento do Decreto Municipal nº 104/2019 e Lei Federal nº 8.666/1993.

9.3. No momento do julgamento da habilitação, o Pregoeiro emitirá o documento – Relação do Fornecedor, das empresas participantes classificadas com os menores lances, em que constam as datas de vencimento dos documentos exigidos para a habilitação, junto ao

Serviço de Cadastro de Fornecedores do Departamento de Aquisições e Relações com Fornecedores da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração.

9.4. A Relação de Fornecedores será rubricada pelo Pregoeiro. A validade dos documentos será conferida e, no caso da data de qualquer documento solicitado estar vencida, a(s) licitante(s) será(ão) INABILITADA(S). Este documento fará parte do Processo Licitatório.

9.5. É de responsabilidade da empresa licitante a manutenção das datas atualizadas dos documentos.

9.6. Os documentos emitidos (Relação de Fornecedor) das empresas participantes, utilizados no julgamento da habilitação ficarão à disposição dos interessados.

9.7. As empresas participantes deverão estar com o Balanço Patrimonial atualizado, conforme art. 8º, parágrafo 4º do Decreto Municipal nº 104/2019, sob pena de INABILITAÇÃO.

9.8. Os documentos que não constarem, em seu texto, o prazo de validade deverão ser apresentados com expedição máxima de 3 (três) meses, a contar da data de sua emissão, à exceção de atestado de capacidade técnica.

9.9. Nos termos do art. 57 do Decreto Municipal nº 610/2019, será inabilitada a empresa que tiver sido declarada inidônea por qualquer esfera federativa ou que esteja suspensa de licitar ou impedida de contratar com a administração pública do Município de Curitiba, enquanto durarem os efeitos da sanção.

9.9.1. Para os fins do item 9.9, o Pregoeiro poderá consultar, na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública, de que trata a Instrução Normativa TCE/PR nº 37, de 19 de dezembro de 2009, ou outros cadastros similares.

9.10. CONDIÇÕES EXCLUSIVAS PARA A HABILITAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:

9.10.1. As empresas que se enquadrarem como microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, conforme item 5.1.1 deste edital e Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverão estar com a documentação de habilitação no Cadastro de Fornecedores da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração devidamente atualizada. Havendo restrições nos documentos de regularidade fiscal, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais serão habilitadas, sob condição resolutiva.

9.10.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, ficando facultado ao Pregoeiro a prorrogação do prazo por igual período.

9.10.3. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, nos termos do art. 43, § 2º da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

10 – IMPUGNAÇÃO, DO RECURSO, DAS CONTRARRAZÕES, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 DA IMPUGNAÇÃO

10.1.1. Eventuais impugnações sobre os termos do presente Edital deverão ser formuladas dentro do prazo estabelecido no artigo 39 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. Após o prazo estabelecido, não serão mais consideradas.

10.1.2. As pessoas físicas e jurídicas cadastradas ou não no sistema de contratações eletrônicas, que estejam participando ou não de processo eletrônico, assim como o cidadão não licitante, poderão impugnar o presente Edital somente através de manifestação protocolada junto a CURITIBA S.A. ou encaminhada por meio do e-mail: dmoulepes@curitibasa.com.br, em nome do Pregoeiro designado para o presente processo licitatório.

10.1.3. Não serão aceitas impugnações encaminhadas VIA FAX ou por meio do ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, sendo admitidas somente as manifestações encaminhadas através dos meios relacionados no item 10.1.2 do Edital.

10.1.4. Todas as impugnações recebidas através dos meios indicados no item 10.1.2 do Edital, serão devidamente analisadas pelo Pregoeiro.

10.2. DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM INTERPOR RECURSO

10.2.1. O interesse do licitante em interpor recurso deverá ser manifestado imediatamente após a divulgação dos documentos citados no parágrafo sexto do artigo 30 do Decreto Municipal Nº. 1.235/2003. O prazo para a manifestação da intenção de interpor recurso será de 04 (quatro) horas úteis, ou seja, das 08h00min às 12h00min do dia útil seguinte da divulgação do resultado final de julgamento da licitação e deverá ser feita por escrito, através

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A
Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar – Centro – Curitiba – Pr
80.010-180 - Fone 41 3221-8800 / 3221-8820
www.curitibasa.com.br

de manifestação protocolada junto a CURITIBA S.A. ou encaminhada por meio do e-mail: dmoulepes@curitibasa.com.br, em nome do Pregoeiro designada para o presente processo licitatório.

10.2.2. Não serão aceitas intenções de recursos encaminhadas VIA FAX ou por meio do endereço eletrônico: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, sendo admitidas somente as manifestações encaminhadas através dos meios relacionados no item 10.2.1 do Edital.

10.2.3. Após decorrido o prazo legal, não serão aceitas manifestações de interposição de recurso.

10.2.4. Todas as intenções de interposição de recurso administrativo realizadas através dos meios indicados no item 10.2.1 do Edital, serão devidamente analisadas pelo Pregoeiro.

10.3 DO RECURSO ADMINISTRATIVO, DAS CONTRARRAZÕES DE RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.3.1 Quando da interposição de recurso ou das contrarrazões ao mesmo, deverão ser observadas as disposições dos incisos 23 a 27 do artigo 64 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

10.3.2 A interposição de recurso deverá ser feita por escrito, através de manifestação protocolada junto a CURITIBA S.A. ou encaminhada por meio do e-mail: dmoulepes@curitibasa.com.br, em nome do Pregoeiro designado para o presente processo licitatório.

10.3.3. Não serão aceitos recursos encaminhados VIA FAX ou por meio do endereço eletrônico: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, sendo admitidos somente os recursos encaminhados através dos meios relacionados no item 10.3.2 do Edital. 10.3.4 Todas as interposições de recurso administrativo e de contrarrazão aos mesmos que forem realizadas através dos meios indicados no item 10.3.2 do Edital, serão devidamente analisadas pelo Pregoeiro.

10.3.5. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

10.3.6. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

10.3.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.3.8. Após a homologação do processo licitatório, é dever da licitante vencedora verificar a Autorização de Fornecimento no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

10.3.9. Antes da adjudicação ao vencedor do objeto deste certame, em atendimento à Instrução Normativa 37-2009 do TCE-PR e Decreto Municipal Nº. 261/2010, será verificada a situação das empresas licitantes junto ao cadastro instituído pelo TCE-PR, a fim de evitar a contratação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com o Poder público. Este mesmo procedimento será realizado junto ao site do Tribunal de Contas da União – TCU.

NOTA: Havendo indícios de que há qualquer manifestação, das indicadas no item 10 e seus subitens, efetuada somente com a finalidade de impedir, perturbar, protelar ou tumultuar o trâmite procedimental da presente licitação, poderá o Pregoeiro solicitar a instauração de processo administrativo para apuração dos fatos e eventual aplicação de penalidades, observados os princípios do contraditório e ampla defesa, sem prejuízo de ser oficiado o Ministério Público sobre o ocorrido.

11 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. A ausência de manifestação motivada da licitante para interposição do recurso dentro do prazo estabelecido ou o julgamento do recurso interposto importará na adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante declarada vencedora e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação do procedimento, desde que constatada a regularidade dos atos praticados.

12 - DO CONTRATO

12.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.1.1. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

12.2. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CURITIBA S.A.

12.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

12.4. Quando a licitante convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra licitante para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

12.5. A licitante vencedora ficará obrigada a apresentar à CURITIBA S.A. os documentos necessários à elaboração do termo de contrato:

12.5.1. Estatuto ou contrato social;

12.5.2. Procuração particular ou pública, conforme o caso, em nome do(s) representante(s) que assinará(ão) o contrato;

12.5.3. Cópia de documentos pessoais do(s) representante(s) que assinará(ão) o contrato (R.G. e C.P.F.). *** Observação *** Os documentos deverão ser apresentados na forma de cópia autenticada por cartório competente ou, mediante apresentação do original, por servidor da Administração da CURITIBA S.A.

12.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela CONTRATADA que tenham servido de base para o julgamento, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

12.7. Em cumprimento ao constante da Resolução n.º 9, de 6 de dezembro de 2005 do Conselho Nacional de Justiça, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento.

12.8. A não assinatura do Contrato por parte da proponente vencedora, por qualquer motivo, dentro do prazo estabelecido, implicará em sua eliminação, ficando sujeita à cominação prevista no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultada a CURITIBA S/A o chamamento por ordem de classificação, quando houver, das demais licitantes, para assinatura do contrato em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao percentual da taxa mensal de administração, ou ainda a revogação da licitação.

12.9. A proponente vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos e supressões que a licitante vier a realizar, **em até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, sempre considerando o objeto precípuo do ajuste.

12.10 O prazo de vigência do contrato será de 06 (SEIS MESES) meses a partir da data do início da execução dos serviços, podendo ser prorrogado de conformidade com o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, se acordes as partes.

12.10.1. Nas eventuais prorrogações contratuais os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

12.11. Aplicam-se ao contrato as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, que regulamentam as licitações promovidas pela Administração Pública, bem como pela legislação mencionada na Introdução deste Edital.

12.12. O prazo mencionado no item anterior será contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir ou, ainda, da data da última repactuação.

13 - DO PAGAMENTO

13.1. Os preços cotados para o objeto deste certame deverão ser para pagamento em 02 (parcelas) parcelas iguais condicionadas ao cumprimento das fases e entrega dos produtos.

13.2. A CONTRATADA emitirá a Fatura/Nota Fiscal correspondente a(s) Autorização(ões) de Fornecimento emitida(s), encaminhando-a à CONTRATANTE.

13.3. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia corrido posterior à data de apresentação da fatura correspondente.

13.4. À CONTRATADA fica vedado negociar, ou efetuar a cobrança ou desconto da duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se tão somente cobranças em carteira simples, ou seja, diretamente na Área de Finanças e Contabilidade da CONTRATANTE.

13.5. A CONTRATANTE poderá descontar dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela CONTRATADA, por força deste Edital.

13.6. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Fatura/Nota Fiscal (contendo o número do Contrato e da Autorização de Fornecimento a que se refere), o comprovante de regularidade relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, à seguridade social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação das certidões/certificados correspondentes, bem como, a certidão de regularidade dos tributos estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda e a certidão de regularidade dos tributos municipais, expedida pela Prefeitura Municipal (incluindo tributos mobiliários e imobiliários) e certidão de regularidade de débitos trabalhistas, a CNDT, expedida pela justiça do trabalho.

13.6..1. Os documentos acima nominados deverão estar dentro dos seus prazos da validade.

13.6..1.1. Como a CONTRATADA é obrigada a manter, durante toda a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, caso a mesma apresente alguma das certidões listadas no item 13.6 acima com o prazo de validade vencido, será a CONTRATADA notificada do fato em questão, ou seja, do dever de regularizar a situação e da necessidade de apresentar uma nova certidão válida à CONTRATANTE, ou seja, dentro do seu prazo de validade.

13.6.1.2. O não atendimento ao contido no subitem 13.6.1.1 acima pela CONTRATADA, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá levar a rescisão do Contrato, sem prejuízo também de aplicação a mesma das penalidades previstas em Lei e neste Edital. (Acórdão Nº. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

13.7. As certidões emitidas via internet poderão ter a autenticidade reconhecida mediante consulta ao sítio eletrônico do órgão/entidade emissora.

13.8. A empresa vencedora terá a obrigação de manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.9. Na Fatura/Nota Fiscal deverá ser indicado o nome do Banco, nome e número da agência e número da Conta Corrente onde será creditado o valor, bem como, o número do Contrato e da Autorização de Fornecimento a que se refere.

13.10. Na eventualidade de ocorrer atraso no pagamento de qualquer parcela, o valor será atualizado em 0,5 % (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore", calculado sobre o valor da Fatura/Nota Fiscal, a título de compensação financeira.

13.11. Para a hipótese definida no item 13.10 do edital, a CONTRATADA fica obrigada a emitir fatura(s) complementar(es), identificando de forma clara de que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da CONTRATANTE.

13.12. Os dispêndios decorrentes do presente processo correrão por conta dos recursos próprios da CURITIBA S.A.

13.13. O pagamento da primeira parcela será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, e a segunda parcela condicionada à apresentação do relatório das Demonstrações Financeiras e Contábeis, sendo efetuado o pagamento em até 30 (trinta)

dias contados do recebimento definitivos dos produtos objetos da licitação, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura da empresa contratada.

13.14. Fica expressamente estabelecido que o valor proposto pela licitante vencedora inclui todos os custos diretos e indiretos para execução dos serviços, na data de apresentação da proposta e nas condições previstas nas especificações contidas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo-se assim a sua única remuneração pelo objeto contratado.

13.15. A Nota Fiscal deverá ter como destinatário:

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A, CNPJ: 76.493.899/0001-93, INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA, RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 45, CEP: 80.010-180, CENTRO, CURITIBA – PR.

13.16. As notas fiscais e faturas deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional.

13.17. Não será efetuado qualquer pagamento para a empresa ou profissional penalizado, sem que o mesmo haja recolhido a multa que eventualmente lhe tenha sido aplicada.

13.18. O pagamento será efetuado de conformidade com o artigo 40, XIV, letra “a” da Lei nº 8.666/93, após o adimplemento da obrigação pela CONTRATADA.

13.19. Os preços acordados serão considerados fixos e irreajustáveis.

14 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1. Após a emissão da Autorização de Fornecimento, as partes assumem obrigações recíprocas.

14.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

I. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993;

II. Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento;

III. Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados,

isentando o Contratante de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência desses danos;

IV. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo, livre de quaisquer outros encargos, sejam fretes, carretos, taxa de descargas ou embalagens, presentes às Notas Fiscais correspondentes. Vencido o prazo, a empresa será considerada em mora;

V. Fornecer o objeto licitado rigorosamente de acordo com as especificações contidas no Edital e Anexo, sob pena de aplicação das sanções previstas neste edital. Se o serviço prestado estiver em desconformidade com as especificações, todas as despesas e os eventuais danos de qualquer natureza decorrentes serão atribuídos à empresa vencedora;

VI. Fornecer, quando solicitado pelo Contratante, elementos necessários à avaliação do objeto licitado, devidamente assinados;

VII. Manifestar-se, por escrito, sobre os ofícios encaminhados pelo Contratante, a partir da ciência, no prazo máximo de 48 horas, garantindo-lhe o acesso a documentos relativos ao objeto licitado;

VIII. Responsabilizar-se pelo total atendimento da especificação do objeto licitado, conforme este edital, formulário-proposta e Anexos. Se o objeto fornecido não corresponder às especificações solicitadas, será recusado e a empresa ficará sujeita às penalidades previstas neste edital de embasamento.

14.3. SÃO OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO GESTOR OU SUPLENTE DO CONTRATO:

I. Acompanhar, fiscalizar, controlar o recebimento, ficando também responsável pela validação do objeto entregue pela empresa.

II. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação, por escrito, da Empresa, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la, em todos os casos omissos, do presente ajuste.

III. Rejeitar no todo ou em parte o fornecimento do objeto, se estiver em desacordo com o estipulado neste edital.

IV. Notificar por escrito sobre aplicação de eventuais multas e/ou outras penalidades de sua responsabilidade.

V. Notificar, por escrito, a Empresa, se verificado qualquer problema no objeto licitado, poderá ser ordenada a suspensão da entrega e respectivos pagamentos se, dentro de 48

(quarenta e oito) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita.

14.4. Para o exercício das atribuições constantes no Art. 17º do Decreto Municipal nº 610/2019, foram designados como gestor e suplente do presente contrato, respectivamente, os seguintes servidores: Davidson José Moulepes – matrícula nº 81.599 e Marcus Vinícius dos Santos – matrícula nº 80.964.

15 – DAS PENALIDADES

15.1. São aplicáveis às sanções administrativas previstas nos artigos 177 a 184 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A, assim como aquelas previstas no Decreto Municipal Nº. 1.235/2003.

15.2 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação em vigor, neste Edital e na legislação aplicável:

15.2.1 Pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Edital, será aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão, não se aplicando o presente aos licitantes convocados nos termos do artigo 137, § 3º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

15.2.2 Multa de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, por inexecução total do ajuste e suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CURITIBA S.A., por até 02 (dois) anos, contados da publicação no Diário Oficial do Município de tal medida punitiva.

15.2.3 Multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato pela inexecução parcial do ajuste e suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CURITIBA S.A, por até 02 (dois) anos, contados da publicação no Diário Oficial do Município de tal medida punitiva.

15.2.4 Multa de 1% (um por cento) ao dia no caso de atraso na entrega, calculada sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 30% (trinta por cento) do valor dessa parcela.

15.2.4.1 Multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor do Contrato, no caso de descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento para as quais não haja penalidade específica cominada.

15.2.5 Após o 30º (trigésimo) dia corrido a Administração poderá não mais aceitar o objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, sem prejuízo do cancelamento unilateral da avença, que ensejará a desconsideração da multa prevista no item anterior e a imposição das sanções previstas no item 15.2.1 ou 15.2.2.

15.2.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, não se aplicando o presente aos licitantes convocados nos termos do artigo 137, § 3º, inc. I do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

15.3 As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente.

15.4 Será propiciada defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

15.5 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos que a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.

15.5.1 Caso a CONTRATADA não disponha de valores a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido um prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento. Decorrido esse prazo sem o recolhimento dos valores, a Administração procederá a cobrança judicial dos valores.

15.6 As penalidades aqui previstas têm caráter de sanção administrativa, sendo que sua aplicação não exime a CONTRATADA de reparar eventuais perdas e danos que seus atos venham a acarretar à Administração.

15.7 As eventuais multas aplicadas por força do disposto no item 15 acima, não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem o fornecedor de reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de cancelamento do pacto em apreço.

15.8 A CONTRATADA é responsável direta e exclusivamente pelo fornecimento do objeto de acordo com o prescrito no Anexo I desde Edital e, consequentemente, responde civil e criminalmente por todos os danos que na sua execução venha a provocar, direta ou indiretamente para a CONTRATANTE.

16 – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a. “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b. “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c. “Prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d. “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e. “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

16.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

16.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, e o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Reserva-se à Autoridade competente, o direito de revogar no todo ou em parte a presente Licitação visando o interesse da Administração Pública, devendo anulá-la por ilegalidade, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o artigo 49 e parágrafos da Lei nº 8.666/1993.

17.2. A CURITIBA S.A. reserva-se o direito de, a qualquer tempo, paralisar ou suspender o fornecimento dos produtos, mediante pagamento único e exclusivo daquele(s) já fornecido(s) e devidamente recebidos pelo departamento competente.

17.3. Conforme o artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

17.4. A detecção, pela CURITIBA S.A, a qualquer tempo durante a utilização dos produtos adquiridos através do presente Pregão Eletrônico, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

17.5. Em caso de devolução dos produtos por estarem em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

17.6. Caso a empresa fabricante ou o produto vier a ser interditado, a empresa vencedora deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, devendo previamente obter a homologação da CURITIBA S.A. para o produto proposto para substituição, sem custo para a Companhia.

17.7. O abandono do fornecimento dos materiais em qualquer etapa, por parte da empresa contratada, ensejará ação de perdas e danos.

17.8. A proponente que causar impedimentos ao normal e legal andamento da presente licitação está sujeita à aplicação das sanções legais e administrativas, sem prejuízo da responsabilização pelos danos e prejuízos causados ao Município.

17.9. O Pregoeiro poderá inabilitar, desclassificar a proposta ou mesmo desqualificar a empresa, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fato ou circunstância superveniente desabonadora da empresa ou de seus sócios nos termos do artigo 43, parágrafo 5º da Lei nº 8.666/1993.

17.10. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio é facultado solicitar das proponentes esclarecimentos com relação aos documentos ou produtos apresentados, bem como

promover diligências ou solicitar pareceres técnicos destinados a esclarecer a instrução do processo, mediante solicitação do setor requisitante.

17.11. Quando algum documento for solicitado pelo Pregoeiro, através de Ofício, os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, à exceção de fotocópias em papel termossensível (facssímile).

17.12. Para os documentos solicitados que forem emitidos pela Internet, o setor requisitante, o Pregoeiro ou a Equipe de Apoio/Pregão, quando for o caso, conferirá a autenticidade via Internet.

17.13. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.

17.14. Dúvidas com relação ao sistema e-Compras, ligar para o Suporte e-Compras Curitiba, através dos telefones: (41) 3350-9020, 3350-9019, 3350-9006 ou 3350-9994.

17.15. Aplica-se a este edital, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e respectivas alterações que regulamentam as licitações promovidas pela Administração Pública, Leis Federais nºs 10.520/2002 e Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Complementar nº 089/2014, assim como os Decretos Municipais nºs 1.235/2003, 379/2008, 615/2011, 1.158/2013, 1.668/2013, 413/2015, 104/2019 e 610/2019.

17.15.1. A superveniência de lei condiciona as partes para cumprimento.

17.16. As Leis Federais nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Complementar nº 089/2014, os Decretos Municipais nºs 1.235/2003, 379/2008, 615/2011, 413/2015, 962/2016, 104/2019 e 610/2019, encontram-se disponíveis para consulta dos interessados no ícone “Legislação” no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

17.16.1. A Legislação Municipal de Curitiba está disponível para consulta, via Internet, através do endereço eletrônico: legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br.

17.16.2. A Legislação Federal está disponível para consulta, via Internet, através do endereço eletrônico: <http://www.planalto.gov.br>.

17.17. Todas as empresas proponentes e seus produtos e serviços deverão atender as legislações e normas vigentes, em especial, no âmbito ambiental.

17.18. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, designada para a condução do presente Pregão Eletrônico.

Curitiba, 19 de Novembro de 2020.

DAVIDSON JOSÉ MOULEPES
Matrícula n.º 81.599 - CURITIBA S.A
PREGOEIRO

RELAÇÃO DE ANEXOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020

ANEXO	I	: Projeto Básico e Condições de Contratação
ANEXO	II	: Minuta do Contrato
ANEXO	III	: Proposta de Preços

ANEXO I DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020

PROJETO BÁSICO E CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de auditoria independente nas Demonstrações Contábeis da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., em atendimento às Leis Federais n.º 6.404/76 e 11.638/07, relativamente ao exercício de 2020, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do respectivo Edital, bem como as características mínimas contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

1.1. OBJETIVO

Com o objetivo precípuo de analisar as Demonstrações Contábeis, Financeiras e Prestações de Contas da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S.A., do exercício de 2020 englobando: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis, visando atender as normas da Lei 6.404/76;

1.2. OBJETIVO ESPECÍFICO

Com a finalidade de atingir o objetivo geral acima proposto a futura contratada deverá, no mínimo:

- a. Proceder testes de observância para avaliar a efetividade dos controles internos desta entidade;
- b. Verificar a regularidades dos inventários, constatando a existência ou não dos bens neles arrolados;
- c. Verificar a regularidade e efetividade das receitas e custos e despesas escrituradas;
- d. Verificar se a escrituração dos fluxos financeiros desta entidade está sendo realizada de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

- e. Verificar se a escrituração das variações patrimoniais desta entidade está sendo realizada de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- f. Verificar se a apuração do resultado econômico desta entidade está sendo realizada de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- g. Prestar ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, esclarecimentos sobre quaisquer irregularidades ou itens controvertidos que sejam detectados no decorrer da execução dos serviços de auditoria;
- h. Se fazer representar, por meio de seu auditor, caso convocada, em reunião do Conselho Fiscal e da Assembléia Geral que vier a tratar da prestação anual de contas da companhia referente ao exercício financeiro de 2020;
- i. Verificar a congruência entre os as informações contidas nos relatórios, anexos e demais documentos, que compõem a prestação anual de contas a ser apresentada pela CURITIBA S.A. ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com as demonstrações contábeis auditadas;
- j. Emitir um relatório final expressando opinião acerca das demonstrações contábeis desta Companhia na forma exigida pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria – NBC TA 700 (o relatório final deverá ser entregue impresso e encadernado em duas vias em papel A4, bem como, em meio magnético CD ou DVD).

2. JUSTIFICATIVA

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A.** é uma sociedade de economia mista constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e se encontra obrigada a elaborar suas demonstrações contábeis na forma exigida pela Lei Nacional 6.404/76 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, que irreversivelmente se encontram convergidas aos padrões internacionais.

3. ESPECIFICAÇÕES

3.1. Exame e Emissão de Parecer de auditoria independente nas demonstrações financeiras e contábeis da CURITIBA S.A., correspondentes ao exercício a findar-se em 31 de Dezembro de 2020, elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade emanados da legislação societária.

3.2. Exames efetuados de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, incluindo testes nos registros contábeis e demais procedimentos de auditoria que julgar-se necessário.

3.3. Assessorar na elaboração das demonstrações contábeis e das notas explicativas, assim como sobre o tratamento contábil a ser atribuído a qualquer evento que venha a ter reflexos sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício auditado;

3.4. O exame deverá abranger os seguintes demonstrativos: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e notas explicativas as demonstrações financeiras.

3.5. Avaliar as transações realizadas, após o término do exercício auditado, a fim de determinar se existem fatos relevantes que possam influenciar na posição financeira da CURITIBA S.A. na data-base das demonstrações contábeis;

3.5.1. Exame dos procedimentos contábeis de encerramento do exercício auditado, a fim de determinar a adequação das demonstrações contábeis;

3.5. Assessoramento e revisão da Escrituração Contábil Fiscal - ECF e Contribuições Federais do exercício de 2020.

3.6. Emissão de Relatório sobre Controles Internos de 2020.

3.7. Revisão, por pessoal especializado na área fiscal e tributária, dos procedimentos adotados na apuração de impostos, contribuições e taxas a pagar, em especial das seguintes obrigações: DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais), DCTFWeb, ECD (Escrituração Contábil Digital), EFD Contribuições, ECF - Escrituração Contábil Fiscal, EFDReinf e E-Social.

3.8. Deverá ser realizado estudo e avaliação dos sistemas de controles interno, contendo recomendações que visem o aprimoramento e consistência dos controles. Deverão ser avaliados, no mínimo, os seguintes controles: i) Recursos Humanos, ii) Patrimônio, e iii) Financeiro.

3.9. Disponibilização de Auditor e a participação nas reuniões do Conselho Fiscal, fornecendo informações sobre os trabalhos e as contas que são normalmente solicitadas pelos Conselheiros Fiscais.

3.10. Participação em reuniões da Diretoria e do Conselho de Administração, sempre que solicitado, para prestar os esclarecimentos julgados necessários.

3.11. Os resultados dos trabalhos serão consubstanciados em relatórios que deverão ser:

3.11.1. Parecer de auditoria sobre as demonstrações contábeis da CURITIBA S/A, para o exercício a findar-se em 31 de Dezembro de 2020, preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, bem como de acordo com as informações e documentos que forem disponibilizados.

3.11.2. Exame das Demonstrações Contábeis compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, emitidos pela Administração da CURITIBA S.A.

3.12. Adicionalmente, a Contratada deverá:

3.12.1. Avaliar os procedimentos adotados na apuração da base de cálculos dos impostos e contribuições (ISS; IR; CSLL; COFINS/PASEP), verificando ainda o cumprimento das demais obrigações acessórias do exercício auditado, incluindo o Exame dos riscos fiscais, trabalhistas e previdenciários a título de prevenção de fiscalizações, emitindo relatório específico.

3.12.2. Examinar os Registros Contábeis, inclusive a revisão de documentos que respaldam as transações, quanto a sua adequação e uniformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, relativamente ao exercício auditado;

3.12.3. Realizar sempre que solicitado, discussões técnicas com relação às alterações na legislação pertinentes ao exercício auditado, de tal forma a alertar e prevenir sobre possíveis impactos de natureza contábil, fiscal, previdenciária e trabalhista;

3.13. Os padrões a serem seguidos pela auditoria serão aqueles internacionalmente recomendados, obedecendo inclusive aos requisitos mínimos e instruções expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, e outros competentes, no que couber.

4. VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. Em cumprimento ao contido no artigo 20 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., foi dado sigilo ao valor estimado da contratação.

5. PAGAMENTO

5.1. Os preços cotados para o objeto deste certame deverão ser para pagamento em 02 (parcelas) parcelas iguais condicionadas ao cumprimento das fases e entrega dos produtos.

5.2. O pagamento da primeira parcela será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, e a segunda parcela condicionada à apresentação do relatório das Demonstrações Financeiras e Contábeis, sendo efetuado o pagamento em até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivos dos produtos objetos da licitação, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura da empresa contratada.

5.3. Fica expressamente estabelecido que o valor proposto pela licitante vencedora inclui todos os custos diretos e indiretos para execução dos serviços, na data de apresentação da proposta e nas condições previstas nas especificações contidas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo-se assim a sua única remuneração pelo objeto contratado.

5.4. Os pagamentos serão efetuados pela CURITIBA S.A., mediante a apresentação de Notas Fiscais/Faturas de Prestação de Serviços, após aceite dos mesmos, atendidas as seguintes condições:

5.5. O pagamento será feito pela CONTRATANTE à CONTRATADA, condicionado a entrega da Nota Fiscal ou documentos equivalentes, acompanhados dos seguintes documentos:

- ❖ Certidão(ões) Negativa(s), ou Certidão(ões) Positiva(s) com Efeito de Negativa, comprovando a regularidade perante a Receita Federal e a Dívida Ativa da União;
- ❖ Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede da CONTRATADA, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade perante a Fazenda Municipal;
- ❖ Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal-CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- ❖ Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas -CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

5.6. A comprovação de que trata o item anterior será demonstrada mediante apresentação de documentos oficiais, individualizados e identificados por contrato, correspondente ao mês do adimplemento da obrigação ou excepcionalmente, do mês anterior, quando ainda não vencidas as referidas contribuições.

5.7. Na hipótese do valor da fatura deixar de ser pago por culpa da CURITIBA S.A., sobre ele incidirá reajuste pelo índice básico de atualização dos depósitos da caderneta de poupança pró-rateados a partir do mês subsequente ao vencimento, até a data do efetivo pagamento.

6. PROPOSTA DE PREÇO

6.1. A Proposta de Preço deverá ser expressa em Reais (R\$), em 1 (uma) via, em papel timbrado do LICITANTE, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, indicando que se refere a este PREGÃO ELETRÔNICO, devendo ser assinada pelo representante legal do LICITANTE e apresentada conforme modelo constante do ANEXO (PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇO).

6.2. As Planilhas de Proposta de Preço deverão conter:

6.2.1. Para a prestação dos serviços previstos no subitem 2.1. deste PROJETO BÁSICO (ANEXO I ao EDITAL), o valor total proposto, incluindo todos os custos diretos e indiretos, inclusive os encargos de natureza tributária;

6.3. Os preços apresentados deverão incluir todos os tributos e contribuições, bem como todas as despesas necessárias à plena execução do objeto da contratação, tais como: de pessoal, de transporte, de estada, de administração, de custos diversos efetuados pela CONTRATADA (cópias, telefonemas, impressões, etc.) e todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc.) incidentes sobre os serviços, não se responsabilizando a CURITIBA S.A. por quaisquer questões de natureza administrativa, trabalhista e/ou técnico-jurídica para o cumprimento do objeto contratado.

6.4. Não será aceita proposta que apresentar preço simbólico, excessivo, irrisório ou, ainda, manifestadamente inexecutável, assim entendido a que apresentar valor que não permita sequer, remunerar os profissionais diretamente envolvidos na execução dos serviços, de acordo com seu valor de mercado na data da entrega da proposta.

6.5. Não será aceita a proposta cujos valor global excedam os preços valores totais limites previstos nos quadros dos subitens 3.1. deste PROJETO BÁSICO (ANEXO I ao EDITAL).

6.6. A proposta deverá ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega dos envelopes.

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. No julgamento das propostas, o critério utilizado para a classificação das licitantes será o de “MENOR PREÇO”. Todos os cálculos efetuados para julgamento das propostas de preço serão considerados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

7.2. Será considerado vencedor o LICITANTE que apresentar o menor valor global preposto.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO

8.1. O prazo para execução dos serviços e a apresentação/entrega dos Relatórios e Pareceres decorrentes deste Contrato será de até o dia 31 de Janeiro de 2021, prazo improrrogável, sendo que a revisão das obrigações fiscais e tributárias deverá ser entregue com antecedência necessária de forma a respeitar as datas limites para o envio das referidas declarações ao órgão competente.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos próprios da CURITIBA S.A.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Contratada deverá:

I. Manifestar-se, por escrito, ao Gestor, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar esclarecimentos necessários a partir da ciência, no prazo máximo de 24 horas;

II. Cumprir rigorosamente o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da Licitação, bem como na legislação em vigor;

III. Entregar o objeto licitado obedecendo rigorosamente todos os itens do Termo de Referência, parte integrante deste edital;

IV. Executar o objeto solicitado pela contratante obedecendo aos quantitativos estabelecidos, as especificações e outras informações contidas neste instrumento, sob pena de recusa do material;

V. Aceitar que a CURITIBA S.A., se for o caso, durante o período do recebimento provisório da entrega, escolher aleatoriamente uma unidade do produto entregue e solicitar um laudo técnico deste, para verificação das especificações do edital;

VI. Entregar o objeto licitado dentro das especificações relatadas neste Termo, estando ciente de que os mesmos somente serão recebidos se estiverem de acordo com o solicitado;

VII. Cumprir todos os prazos tratados neste instrumento;

VIII. Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento;

IX. Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;

X. Responsabilizar-se pelo total atendimento das especificações do objeto licitado. Se no momento da entrega do item, não houver atendimento ao especificado, este será recusado, e a empresa ficará sujeita às penalidades previstas neste edital de embasamento;

XI. Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita observância do instrumento convocatório, da Proposta de Preços e da legislação vigente;

XII. Prestar os serviços, nas datas, horários e locais a serem informados pela CURITIBA S.A.

XIII. Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

XIV. Prestar, sem quaisquer ônus para a CURITIBA S.A., os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

XV. Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;

XVI. Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

XVII. Dar ciência imediata e por escrito a CURITIBA S.A. sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

XVIII. Designar por escrito, em até 05 (cinco) dias, cotados da data da assinatura do Contrato, preposto que tenha poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste Contrato;

XIX. A empresa licitante deverá formalizar, em até 05 (cinco) dias, cotados da data da assinatura deste Contrato, a indicação dos profissionais que farão parte da equipe técnica que, efetivamente, desempenharão os trabalhos nas dependências da CURITIBA S.A., inclusive o responsável que assinará o parecer, devendo constar:

- a) Formação escolar;
- b) Cargo ou categoria que desempenhará nos trabalhos do objeto licitado;
- c) Experiência profissional expressa em quantidade de tempo de serviço no cargo ou categoria que desempenhará nos trabalhos do objeto licitado;
- d) Tempo de serviço na empresa proponente;
- e) Experiências anteriores;
- f) Área(s) de especialização(ões).

XX. Para a comprovação de vínculo dos membros indicados na equipe técnica (4.10) com a licitante faz - se necessário a apresentação de:

a) Para o profissional Sócio, Presidente ou Diretor da empresa licitante:

- cópia reprográfica autenticada do contrato social com suas alterações, se sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, publicação no Diário Oficial da Ata da Assembleia que elegeu sua Diretoria.

b) Para o profissional do quadro permanente, na qualidade de empregado:

- deverá apresentar cópia reprográfica da Ficha de Registro de Empregados ou da Folha do Livro de Empregados ou do registro na Carteira de Trabalho.

c) Para o profissional autônomo que presta serviços ao licitante:

- deverá ser apresentada cópia reprográfica autenticada do contrato de prestação de serviços, com prazo não inferior ao previsto para execução do objeto do presente certame.

XX.I. Em caso de necessidade de substituição de qualquer componente da equipe indicada, por motivo de qualquer natureza, o substituto deverá ter, no mínimo, o mesmo perfil técnico do substituído a ser aprovado pela CURITIBA S.A.

11. OBRIGAÇÕES DA CURITIBA S.A.:

I. Acompanhar, fiscalizar, controlar e gerenciar o contrato através do gestor indicado, ficando também responsável pelo Atesto das Faturas/Notas Fiscais oriundas do objeto licitado;

II. Prestar as informações e os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

III. Enviar a CONTRATADA, através do portal e-compras, empenho que determina a liberação da compra, ressalvadas hipóteses excepcionais em situações de urgência.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Comprovação de registro regular da EMPRESA DE AUDITORIA independente em Conselho Regional de Contabilidade;

12.2. Comprovação de aptidão da EMPRESA DE AUDITORIA para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Contabilidade.

12.3. Relação nominal dos profissionais da EQUIPE TÉCNICA vinculada à proposta, obrigatoriamente integrada por, no mínimo, 02 (dois) auditores, sendo um indicado como Responsável Técnico, acompanhada de cópia da Carteira de Registro Profissional no CRC, de cada um dos membros.

12.4. Comprovação de que, pelo menos 01 (um) dos membros da EQUIPE TÉCNICA possui experiência em Auditoria Tributária, mediante a apresentação de Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Contabilidade, que comprove objetivamente que o profissional executou serviços dessa natureza.

12.5. Comprovação de que o auditor indicado como RESPONSÁVEL TÉCNICO integra o quadro permanente da empresa na data da licitação, mediante apresentação do registro em carteira de trabalho e ficha de registro da empresa, contrato de prestação de serviços ou

declaração de futura contratação. Para dirigente ou sócio tal comprovação poderá ser feita através da ata da Assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social.

12.6. Os trabalhos deverão obrigatoriamente ser executados pela equipe apresentada na licitação, sendo ressalvada a substituição por outro profissional de igual capacidade técnica, devendo ser comunicada e atestada previamente pela administração.

12.7. As informações mínimas que não estejam expressamente indicadas nos atestados apresentados pelo Licitante deverão ser comprovadas por meio de documentação complementar anexada aos atestados.

12.8. A CURITIBA S.A. poderá instaurar diligência para verificação de autenticidade das informações prestadas no(s) atestado(s) apresentado(s) pelo Licitante, solicitando documentos complementares, se for o caso.

13. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

Os documentos para habilitação, a seguir relacionados, deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (absolutamente legível), extraídos da internet, ou publicados em órgão da imprensa oficial, numerados e dispostos ordenadamente e encadernados de forma a não conter folhas soltas, sendo aceitos somente os que estiverem em plena validade. Os prazos de validade previstos neste Edital prevalecem caso os órgãos expedidores não estabeleçam outro no documento. Nota: O descumprimento das exigências abaixo relacionadas implicará inabilitação do licitante.

I - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou CONTRATO social em vigor, com suas eventuais alterações ou sua última alteração, desde que consolidada, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

II - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL

a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' e 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

c) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

OBSERVAÇÕES:

As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2. O prazo para normalização da regularidade fiscal e trabalhista de que trata a alínea “a” não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica e à qualificação técnica e econômico-financeira.

3. Não havendo a regularização da documentação fiscal e trabalhista, no prazo previsto na alínea “a” ocorrerá a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente, facultada à CURITIBA S.A. convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato ou revogar, se for o caso, a licitação.

4. A comprovação de que a empresa está enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) através da apresentação de declaração firmada pelo representante legal do Licitante, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de

consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido fixado na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser encaminhada juntamente com os documentos de habilitação.

III - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovação de registro regular da EMPRESA DE AUDITORIA independente em Conselho Regional de Contabilidade;
- b) Comprovação de aptidão da EMPRESA DE AUDITORIA para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Contabilidade;
- c) Relação nominal dos profissionais da EQUIPE TÉCNICA vinculada à proposta, obrigatoriamente integrada por, no mínimo, 02 (dois) auditores, sendo um indicado como Responsável Técnico, acompanhada de cópia da Carteira de Registro Profissional no CRC, de cada um dos membros.
- d) Comprovação de que, pelo menos 01 (um) dos membros da EQUIPE TÉCNICA possui experiência em Auditoria Tributária, mediante a apresentação de Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Contabilidade, que comprove objetivamente que o profissional executou serviços dessa natureza.
- e) Comprovação de que o auditor indicado como RESPONSÁVEL TÉCNICO integra o quadro permanente da empresa na data da licitação, mediante apresentação do registro em carteira de trabalho e ficha de registro da empresa, contrato de prestação de serviços ou declaração de futura contratação. Para dirigente ou sócio tal comprovação poderá ser feita através da ata da Assembleia de sua investidora no cargo ou contrato social.

OBSERVAÇÕES

1. Os trabalhos deverão obrigatoriamente ser executados pela equipe apresentada na licitação, sendo ressalvada a substituição por outro profissional de igual capacidade técnica, devendo ser comunicada e atestada previamente pela administração.
2. As informações mínimas que não estejam expressamente indicadas nos atestados apresentados pelo Licitante deverão ser comprovadas por meio de documentação complementar anexada aos atestados.
3. A CURITIBA S.A. poderá instaurar diligência para verificação de autenticidade das informações prestadas no(s) atestado(s) apresentado(s) pelo Licitante, solicitando documentos complementares, se for o caso.

IV - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICOFINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência ou Regime de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período.

c) Prova de Capacitação Financeira, assinada em conjunto com o Contador, apresentando as demonstrações contábeis do último exercício social. Deverão ser apresentados os seguintes índices contábeis- financeiros:

Índice de Liquidez Corrente (LC) superior a 1,00 (um inteiro) - indica a capacidade da empresa em pagar suas dívidas de curto prazo (passivo circulante) com os recursos de curto prazo (ativo circulante). O cálculo do índice é feito por meio da seguinte fórmula:

$$\text{LC} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

Índice de Liquidez Geral (LG) superior a 1,00 (um inteiro) - indica a capacidade da empresa em pagar suas dívidas de curto (passivo circulante) e longo prazo (passivo exigível à longo prazo), usando os recursos do ativo circulante e do ativo realizável à longo prazo. O cálculo do índice é feito por meio da seguinte fórmula:

$$\text{LG} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$$

OBSERVAÇÕES

Serão considerados aceitos na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

a) Publicados em Diário Oficial; ou

b) Publicados em Jornal de grande circulação; ou

c) Fotocópia registrada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou– Escrituração Digital Contábil e Fiscal (SPED), conforme Instrução Normativa– RFB nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017) e alterações.

2. Sociedade por cota de responsabilidade limitada (Ltda.):

a) Fotocópia do livro diário, inclusive com os termos de abertura e de encerramento, com assinatura do contador e sócio da empresa, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou

b) Fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registrados e autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

a) Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS), devidamente–acompanhada do Recibo de entrega na Receita Federal; ou

b) Fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante. (art. 32, LC 123 – igual outras pessoas jurídicas).

4. Sociedade constituída no exercício em curso:

a) Por fotocópia do balanço abertura, devidamente assinado por contador ou por– outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, não sendo necessária a apresentação da Certidão de Regularidade deste profissional.

5. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, não sendo necessária a apresentação da Certidão de Regularidade deste profissional.

6. As empresas que optarem por apresentar a Escrituração Digital Contábil e Fiscal (SPED), conforme Instrução Normativa RFB nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017), que dispensa a apresentação de balanço patrimonial registrado na Junta Comercial, deverão comprovar a utilização da ECD – Escrituração Contábil Digital, através da apresentação do Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis, termos de abertura e encerramento e Recibo de Entrega de Livro Digital emitido pela Receita Federal, sendo que será aceito o balanço do penúltimo exercício social até o dia 30 de maio. Após este prazo, deverá apresentar devidamente autenticado, o balanço do último exercício social, nos termos dos Art. 1.078 c/c Art. 1.181 do Código Civil.

VI – OUTRAS DISPOSIÇÕES

a) Aos Licitantes cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba, disponível no Sistema E-Compras, será facultada a apresentação do Certificado de Registro Cadastral, vigente, em substituição aos documentos relacionados no Item 13, Cláusula I; letras "a" e "b" da Cláusula II; e; letra "b" da Cláusula IV, bem como aos referentes às demais alíneas das Cláusulas II e IV, desde que constem como válidos no Certificado de Registro Cadastral.

a.1) O referido certificado deverá ser expedido em até 03 (três) dias antes da abertura dos envelopes. b) Para as certidões que não constarem o prazo de validade será adotado o prazo de 90 (noventa) dias, após a sua emissão.

Curitiba, 19 de Novembro de 2020.

**DAVIDSON JOSÉ MOULEPES
PREGOEIRO**

ANEXO II DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020
MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO

Contrato n.º XX para prestação de serviços de auditoria independente nas Demonstrações Financeiras e Contábeis, que entre si celebram a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A** e a empresa _____.

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A**, sociedade de economia mista Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.493.899/0001-93 com sede na Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar, Centro, nesta capital, neste ato representada por seu Diretor Presidente _____, CPF/MF nº _____ e por seu Diretor Administrativo e Financeiro _____, CPF/MF nº _____, assistidos pela Supervisora Jurídica _____, OAB/PR _____, neste ato denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.º _____, com sede na Rua _____ neste ato representada por _____, CPF/MF n.º _____, doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do Edital na modalidade Pregão Eletrônico n.º 005/2020, o Processo Administrativo n.º _____ e o despacho que homologou e adjudicou à CONTRATADA o objeto da referida licitação, tem entre si, justo e acordado, o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O presente **CONTRATO** tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S/A** e demais elementos que o integram e, ainda, nos termos da **PROPOSTA COMERCIAL** ofertada pela CONTRATADA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo Primeiro - Os serviços contratados serão executados em regime de execução indireta de EMPREITADA por PREÇO GLOBAL.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** deverá executar integralmente todos os serviços constantes no PROJETO BÁSICO - ANEXO I do EDITAL de PREGÃO ELETRÔNICO N.º

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A
Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar – Centro – Curitiba – Pr
80.010-180 - Fone 41 3221-8800 / 3221-8820
www.curitibasa.com.br

005/2020 - CURITIBA S.A. que deu origem a esta avença, sem prejuízo de qualquer disposição deste instrumento, do Edital, seus anexos e demais legislação vigente.

Parágrafo Terceiro - Os serviços objeto deste contrato serão prestados sob única e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vigência

O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura.

Parágrafo Único - O prazo para execução dos serviços e a apresentação/entrega dos Relatórios e Pareceres decorrentes deste Contrato será de até o dia 31 de Janeiro de 2021, sendo que a revisão das obrigações fiscais e tributárias deverá ser entregue com antecedência necessária de forma a respeitar as datas limites para o envio das referidas declarações ao órgão competente.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Valor

O **VALOR GLOBAL** para a execução dos serviços objeto do presente contrato é de R\$____ (_____), valor este fixo e irrevogável.

Parágrafo Único - Nos preços e taxas referidos no caput desta cláusula estão inclusos todos os custos inerentes à prestação dos serviços contratados, sem exceção, inclusive salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e rescisórios dos empregados da contratada, assim como transporte de qualquer natureza, taxa de administração, todos os custos diretos e indiretos, mais os impostos e taxas de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Pagamentos

O pagamento pela prestação dos serviços contratados será realizado em 02 (duas) parcelas iguais, sendo o primeiro pagamento realizado após 30 (trinta) dias contados da data de assinatura deste instrumento, e a segunda parcela 30 (trinta) dias após a apresentação do Relatório e Parecer das Demonstrações Financeiras e Contábeis, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** entregará, no protocolo da CURITIBA S.A., no mínimo duas vias da Nota Fiscal/Fatura referente à parcela contratual devida, indicando o nome e número do Banco, nome e número da agência e número da conta-corrente onde o pagamento através de depósito será efetuado.

Parágrafo Segundo - É indispensável para a liberação do respectivo pagamento a aceitação dos serviços.

Parágrafo Terceiro - As notas fiscais e faturas deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional.

Parágrafo Quarto - Não será efetuado pagamento da parcela para a **CONTRATADA** caso seja penalizada, sem que a mesma tenha recolhido a multa aplicada.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** deverá apresentar, como condição para recebimento de cada parcela contratual faturada, os seguintes documentos:

- I. Certidão(ões) Negativa(s), ou Certidão(ões) Positiva(s) com Efeito de Negativa, comprovando a regularidade perante a Receita Federal e a Dívida Ativa da União;
- II. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede da CONTRATADA, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade perante a Fazenda Municipal;
- III. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal-CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- IV. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas -CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo Sexto - O pagamento será realizado junto à agência e conta corrente do Banco indicado pela **CONTRATADA**, onde será creditado o valor.

Parágrafo Sétimo - Se houver alguma pendência que impeça o pagamento, será considerado como data do início do prazo de pagamento de que trata alínea a, inciso XIV do Art. 40 da Lei 8.666/93, aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da Contratada – Art. 63 e 64 da Lei 4.320/64.

Parágrafo Oitavo - Caso o pagamento não seja efetuado na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível à **CONTRATADA**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio ponto) ao mês, "pro rate tempore", calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Reajustes

Os preços serão considerados fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA SEXTA – Das Obrigações da CONTRATADA

Além das obrigações estabelecidas neste instrumento, em seu ANEXO I - PROJETO BÁSICO ou em lei, particularmente na Lei n.º 8.666/93, constituem obrigações da CONTRATADA:

- I. Observar, na execução do objeto do presente **CONTRATO**, todas as condições estabelecidas no **EDITAL** do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 005/2020 - CURITIBA S.A.**, e em seus ANEXOS;
- II. Manter, durante a vigência deste **CONTRATO**, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, mensalmente e sempre que solicitado pela CURITIBA S.A., a regularidade perante a Receita Federal, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS) e a Seguridade Social (CND - INSS) , assim como em relação às demais exigências contratuais;
- III. Reparar todos os danos e prejuízos que comprovadamente sejam de sua responsabilidade, quer sejam ocasionados por materiais, equipamentos ou mão-de-obra, em toda a área envolvida na execução do objeto, bem como por erros ou falhas na execução ou administração deste **CONTRATO**, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do **CONTRATO**;
- IV. Cumprir, durante a execução do **CONTRATO**, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, sendo a única responsável pelas infrações cometidas, convencionando-se, desde já, que a CURITIBA S.A. poderá descontar de qualquer crédito da **CONTRATADA** a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que venha efetuar por imposição legal;
- V. Corrigir quaisquer falhas verificadas na execução do objeto, sem qualquer ônus adicional, cumprindo todas as determinações da CURITIBA S.A.;
- VI. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo **GESTOR DO CONTRATO**;
- VII. Designar 01 (um) empregado como responsável pelo **CONTRATO** firmado com a CURITIBA S.A., para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da **CONTRATADA**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;

VIII. Arcar com as despesas diretas ou indiretas devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços contratados.

IX. Comparecer, se solicitada, às dependências da **CONTRATANTE**, no horário estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Obrigações da CONTRATANTE

Além de outras obrigações estipuladas neste **CONTRATO** e seus **ANEXOS**, ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666/93, constitui, ainda, obrigação da **CURITIBA S.A.:**

- I.** Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste **CONTRATO**;
- II.** Designar, como **GESTORES DO CONTRATO** os colaboradores **DAVIDSON JOSÉ MOULEPES** e **MARIA DO ROCIO CENTO FANTE**, a quem caberá a avaliação da prestação dos serviços, a liquidação da despesa, o atestado de cumprimento das obrigações assumidas, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, e a fiscalização direta de sua execução;
- III.** Realizar, quando conveniente, a substituição dos **GESTORES** designados no inciso anterior, por outros profissionais, mediante carta endereçada à **CONTRATADA**;
- IV.** Colocar à disposição da **CONTRATADA** todas as informações necessárias para a perfeita execução objeto contratado;
- V.** Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito:
 - a.** quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados com este **CONTRATO**;
 - b.** a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da **CONTRATADA**, concedendo-lhe prazo para defesa;
 - c.** a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste **CONTRATO**.
- VI.** Através do gestor do contrato, acompanhar, fiscalizar, controlar e gerenciar o contrato ficando também, responsável pela validação dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

VII. Exercer a fiscalização da execução dos serviços, registrando as irregularidades encontradas a cada inspeção.

CLÁUSULA OITAVA – Ônus Fiscais

Constitui também obrigação da **CONTRATADA** o pagamento de todos os tributos, inclusive contribuições previdenciárias que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre este **CONTRATO** ou seu objeto, podendo a **CURITIBA S.A.**, a qualquer momento, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade. Fica, desde logo, convencionado que o **CURITIBA S.A.** poderá descontar, de qualquer crédito da **CONTRATADA** a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza, que venha a efetuar por imposição legal.

CLÁUSULA NONA – Do Código de Defesa ao Consumidor

A detecção, pela **CONTRATANTE** a qualquer tempo durante a prestação dos serviços através do presente instrumento, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Fiscalização

Quaisquer exigências da Fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser pontualmente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Rescisão

O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido:

- I. por ato unilateral e escrito pela **CURITIBA S.A.**, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA;
- II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para a **CURITIBA S.A.**, com antecedência de 30 (trinta) dias;
- III. por via judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro - Rescindido o **CONTRATO** nos termos dos incisos I ao IX, XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do **CONTRATO**, a **CONTRATADA** obriga-se ao pagamento de multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste **CONTRATO**, considerada dívida líquida e certa, acarretando para a **CURITIBA S.A.** as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do **CONTRATO** até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Do Inadimplemento

O inadimplemento de qualquer cláusula do presente instrumento poderá ser motivo de sua imediata rescisão, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além de responder a **CONTRATADA**, por perdas e danos, quando esta:

- I. não cumprir as obrigações assumidas;.
- II. falir;
- III. transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência da **COTRANTANTE**;
- IV. tiver sua atividade suspensa por determinação de autoridade competente, de acordo com a legislação em vigor;
- V. interromper a prestação dos serviços por mais de 02(dois) dias consecutivos, sem justo motivo aceito pela **CURITIBA S.A.**

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Partes

Este **CONTRATO** obrigará e disciplinará os contratantes e seus sucessores, não podendo nenhum deles cedê-lo, transferi-lo no todo ou em parte a terceiros, nem quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único - É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente **CONTRATO** e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà necessariamente, a cláusula “Não à Ordem”, retirando-lhe o caráter de circularidade, eximindo-se a **CURITIBA S.A** de todo e qualquer pagamento ou obrigação a

terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente **CONTRATO** e, em hipótese alguma, a **CURITIBA S.A.** aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, imediatamente, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Das Penalidades

Se a **CONTRATADA** deixar de executar os serviços por qualquer motivo ou o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas, poderão ser aplicadas as penalidades abaixo nominadas, garantida a defesa prévia em processo próprio, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, independente de outras previstas em lei:

- I. Advertência.
- II. No caso de descumprimento injustificado ou por motivo não aceito pela **CONTRATANTE** de quaisquer das obrigações da **CONTRATADA**, multa de mora de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da contratação, até o prazo máximo de 10 (dez) dias. Vencido o prazo o contrato poderá ser considerado rescindido, a critério da **CONTRATANTE**, ficando sujeita às penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- III. Suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, penalidade essa a ser aplicada pela autoridade competente, segundo a natureza da falta e o prejuízo causado à Administração Pública.
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar na Administração Pública, com publicação na Imprensa Oficial, segundo critérios definidos no Decreto Municipal 1066/2016.
- V. No caso de inexecução parcial ou total do contrato, será aplicada multa punitiva de 10% (dez por cento) sobre o valor não executado.
- VI. A multa moratória a multa punitiva poderão ser cumuladas.
- VII. A **CONTRATANTE** poderá, motivadamente, aplicar as penalidades estabelecidas em Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 1066/2016 independentemente da ordem em que estejam previstas, considerando sempre a gravidade e eventuais prejuízos causados ao Erário e os princípios que regem Administração.
- VIII. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às

penalidade legalmente estabelecidas, não se aplicando o presente aos licitantes convocados nos termos do art. 64 2º da Lei 8.666/93, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

IX. A questão referente à penalidade e o procedimento a ser adotado para sua aplicação estão previstos no Decreto Municipal 610/2019.

Parágrafo Primeiro - Quaisquer das penalidades aplicadas serão transcritas na ficha cadastral da **CONTRATADA** na Prefeitura Municipal de Curitiba.

Parágrafo Segundo - As penalidades elencadas acima somente poderão ser aplicadas em procedimento administrativo prévio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Terceiro - Contra as decisões de que resulte a aplicação de penalidades, a **CONTRATADA** poderá interpor os recursos cabíveis, na forma e nos prazos previstos na Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Quarto - A imposição das penalidades previstas nos incisos I a IX desta **CLÁUSULA** não impede a rescisão unilateral do **CONTRATO** pela **CURITIBA S.A.**, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Quinto - A multa aplicada à **CONTRATADA** e os prejuízos por ela causados a **CURITIBA S.A.** serão deduzidos de quaisquer créditos a ela devidos, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do Gestor e Suplente do Contrato

Ficam designados os funcionários Davidson José Moulepes, matrícula 81.599 e Maria do Rocio Cento Fante, matrícula 81.697, para atuarem como gestor e suplente, respectivamente, nos termos do Decreto Municipal nº 610/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Disposições Finais

Este **CONTRATO** representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro - Integram o presente **CONTRATO** o **EDITAL** do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020 – CURITIBA S.A.**, a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A
Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar – Centro – Curitiba – Pr
80.010-180 - Fone 41 3221-8800 / 3221-8820
www.curitibasa.com.br

Parágrafo Segundo - A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício da prerrogativa decorrente deste **CONTRATO** não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

Parágrafo Terceiro - A aceitação dos serviços não exonerará a **CONTRATADA**, nem seus técnicos, de indenização no caso de responsabilidade civil e técnica por futuros eventos, decorrentes ou relacionados com a execução dos serviços, nos termos do Código Civil Brasileiro e do Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja ou que venha a ser.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas

Curitiba, xx de xxxxxx de 2020.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor

ANEXO III DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020
PROPOSTA DE PREÇO

Local, Dia / Mês / Ano

À

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A

Rua Barão do Rio Branco, nº 45 – 7º andar , Centro - Curitiba - Paraná

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020

Prezados Senhores:

De acordo com o estabelecido no instrumento convocatório da licitação em epígrafe, informamos que:

A (Qualificação da empresa proponente)_____ abaixo assinada, atendendo o contido no Edital de Pregão Eletrônico n.º 005/2020 – CURITIBA S.A., apresenta como segue, proposta para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S/A, DE ACORDO COM OS ELEMENTOS QUE INTEGRAM O EDITAL, para a qual declara preliminar e especificamente que:

1. Concorda com as condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico n.º 005/2020 – CURITIBA S.A., e anexos;
2. Concorda explicitamente com as condições contratuais propostas pela CURITIBA S.A., constantes das instruções para a licitação, caso seja a vencedora;
3. O prazo para a entrega do objeto da prestação dos serviços é de até 31 de Janeiro de 2021.
4. Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados em 02 (duas) parcelas, sendo a 1ª parcela em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, mediante a apresentação da Nota Fiscal, e o restante ao final e aceitação dos relatórios que resultarão da prestação do serviço.
5. O prazo de validade da presente proposta é de 60(sessenta) dias consecutivos, contados da data da abertura da licitação.

6. Declara que conhecem todos os detalhes e condições de execução dos serviços, constatando a existência de condições para o início da prestação de serviços quando autorizado;

7. O Valor Global ao qual se compromete a executar os serviços objeto desta licitação, é de _____ (Valor por extenso), fixos e irrevogáveis.

8. No caso de adjudicação do contrato, o representante da nossa empresa que assinará o contrato será o(a) Sr.(a.) – qualificação (Gerente/Sócio/Proprietário, CPF e RG).

9. Por último, declara, para todos os fins de direito, a integral e absoluta obediência a todos os itens, especificações e condições estabelecidas no Edital de licitação e seus anexos e, ainda, que os preços apresentados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes deste PREGÃO ELETRÔNICO e, conseqüentemente, do futuro contrato.

Atenciosamente,

Assinatura (representante legal da Licitante)

Obs.: Esta carta deverá ser assinada pelo representante legal ou procurador constituído para tal fim, sendo neste caso, necessária a juntada do respectivo instrumento.